

Notas conceituais sobre a noção de TV pública

Jonas Valente¹

Resumo

Este artigo busca apresentar algumas reflexões sobre a definição do conceito de TV pública. Adotamos aqui o uso da chave de leitura da forma “aparelho de Estado”, partindo da contribuição de Antônio Gramsci e de Nico Poulantzas, chegando a uma solução com base nas especificidades deste aparelho na Indústria Cultural. Por fim, fazemos uma discussão crítica com dois referenciais considerados relevantes mas insuficientes para o esforço de construção teórica pretendida: a elaboração Habermasiana acerca da esfera pública e a abordagem culturalista latino-americana.

Palavras-chave: TV pública, aparelho de Estado, Indústria Cultural.

Abstract

This article intends to show some thoughts about the concept of public television. We use as a reference the notion of state apparatuses, taking the contribution of Antônio Gramsci and Nico Poulantzas, concluding in a solution based in the particularities of this apparatuses in the Cultural Industry. In the end, we do a critical debate with two known and relevant references, although unsatisfactory to the effort the theoretical construction intended: the habermasian debate about the public sphere and the latin-american cultural studies outlook over the public broadcasting.

Palavras-chave: Public Television, State Apparatuses, Cultural Industry.

Apesar de ser uma forma de comunicação cuja gênese data do primeiro quarto do século XX, a radiodifusão pública ainda não se consolidou do ponto de vista teórico. Esta fragilidade se dá especialmente entre os acadêmicos brasileiros, onde a experiência deste tipo de comunicação é ainda incipiente. As recentes discussões sobre a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e acerca da formatação de suas emissoras de rádio e televisão recolocaram este tema na ordem do dia dos debates referentes ao campo das comunicações brasileiras.

Nos limites deste artigo, não visamos fazer uma análise deste fenômeno, mas um diálogo sobre o arcabouço conceitual que deve servir de base às reflexões não somente sobre este como sobre outros objetos referentes a esta modalidade de comunicação. Este desafio passa pela adoção de uma perspectiva clara frente à polissemia envolvendo o termo “público”.

¹ Mestrando da linha de Políticas de Comunicação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Pesquisador do Laboratório de Políticas de Comunicação da mesma Universidade (Lapcom).

Sem a pretensão de historiar ou problematizar de maneira profunda séculos contribuições sobre este conceito, que praticamente constituem a trajetória da teoria política até os dias de hoje, colocamo-nos como questão basilar clarear a compreensão acerca de seu significado para que a opção aqui feita seja explicitamente posicionada dentro da discussão sobre o tema.

A palavra “público” pode designar uma série de significados. No caso mais específico desta discussão, poderíamos reduzi-los a dois grandes entendimentos. O primeiro identifica-a como aquilo que é “comum” à população, dos espaços de vivência aos sentidos produzidos coletivamente, passando pela própria identidade de um determinado conjunto de seres humanos como iguais e pertencentes a uma mesma unidade (espacial, política, cultural, econômica, social). É este público o destinatário das mensagens dos meios de comunicação, também denominada(s) audiência(s). Nas mediações envolvendo estas instituições, o “comum” estaria no acesso a um ou mais veículos ou de seus produtos culturais.

Um segundo grande entendimento está relacionado ao estatuto de determinados serviços e instituições. O público seria a qualificação daquilo que está inserido ou é executado no âmbito do Estado. Nesta lógica, as escolas públicas são os aparelhos do Estado para prover conteúdos visando a formação educacional da população. Já a saúde pública seria a denominação de toda uma área operada no âmbito estatal, incluindo suas regras, fluxos e aparelhos. Todo o conjunto das ações do Estado, *políticas públicas*, são enquadrados esta qualificação. Todavia, na área de comunicação, em especial na América Latina e no Brasil, verifica-se uma nova divergência sobre o significado do termo “público”.

Novamente correndo o risco do esquematismo não ser fiel à complexidade do debate, localizamos duas grandes correntes que polarizam esta discordância. A primeira vê o público como algo separado do Estado. Neste sentido, a modalidade pública de comunicação deveria ser blindada da influência da sombra estatal e constituir-se como algo autônomo, efetivamente de propriedade da sociedade. A ação estatal colocaria os veículos públicos a serviço dos governos de plantão, transformando-os em correia de transmissão dos interesses dos mandatários ou grupos na direção do regime político em um determinado momento. Este receio amplifica-se na realidade latino-americana, povoada de experiências autoritárias e ditatoriais nos últimos 50 anos. Um exemplo de como tal concepção traduz-se em desenho institucional dos países do continente é a Constituição Federal brasileira de 1988, que instituiu em seu Artigo 223 a complementariedade de três sistemas: privado, público e estatal.

Uma outra corrente não realiza esta separação e vê o público como sinônimo do estatal. Esta acepção caracteriza a maioria das experiências Europeias e Asiáticas. Isso,

porém, não deve sugerir a defesa do uso autoritário dos meios de comunicação, embora este ocorra em várias destas nações que adotam o público como não-diferenciado do estatal. Na experiência européia, por exemplo, o conceito de “public service broadcasting” foi utilizado historicamente como um serviço relativamente autônomo dos governos de plantão. Esta “independência” se materializa em diversos graus a depender do país, indo de órgãos diretivos inteiramente indicadas pelo governo mas com algum controle externo até estruturas de gestão compostas a partir de uma complexa rede de representações e indicações das mais diversas instituições estatais e associativas.

Nos inscrevemos dentro desta corrente que vê o público como algo indissociável do Estado. Ao contrário, partimos do método utilizado pelos autores da economia política da comunicação para ver como traço distintivo da modalidade pública sua materialidade como uma instituição do Estado. Mais precisamente, como um “aparelho de Estado”. Com base neste posicionamento teórico-metodológico, buscaremos em seguida uma elaboração que sintetiza a forma “aparelho de Estado” de Gramsci e Poulantzas com as funções específicas baseadas na obra de Bolaño sobre a Indústria Cultural.

O Estado em Gramsci e Poulantzas

Antônio Gramsci teve como uma de suas principais contribuições a formulação de uma “teoria ampliada do Estado”. Segundo ela, o Estado não seria confundido com os aparelhos de coerção ou governo jurídico, mas seria todo o espaço e processo de construção da direção da classe dominante na superestrutura. Em uma representação esquemática produzida pelo próprio autor (Gramsci, 1978, p. 149), o Estado seria igual a “sociedade política + sociedade civil”. Neste modelo, a sociedade política é assumida como o conjunto dos instrumentos burocráticos e de política da administração pública e a sociedade civil é compreendida como locus de funcionamento dos aparelhos privados de hegemonia.

De acordo com Portelli (1999), o Estado em Gramsci é caracterizado por três elementos principais: (a) reúne a superestrutura do bloco histórico, tanto intelectual e moral quanto política; (b) se constitui em a partir de um equilíbrio interno entre esses dois elementos da superestrutura; (c) enfim, e sobretudo, a unidade do Estado decorre de sua gestão por um grupo social que assegura a homogeneidade do bloco histórico: os intelectuais. (Op. cit. p. 40). No entanto, é muito importante destacar que esta direção intelectual não significa uma noção vulgar de manipulação ou imposição de uma visão de mundo. Na análise de Gramsci, ela se dá em meio a uma forte disputa de hegemonia na qual os interesses dominantes

precisam construir um ‘consenso’ junto aos interesses dos dominados. Por consenso não entendemos aqui um ‘comum acordo’ entre as classes antagônicas, e nem uma opinião formada por meio da razão como em Habermas, mas a síntese de embates entre os grupos sociais em determinadas situações de correlação de forças.

No entanto, a divisão esquemática no interior do Estado ampliado entre sociedade civil e sociedade política não nos permite enxergar o caráter ambivalente dos veículos públicos de comunicação, que estão no “governo jurídico” pertencente à sociedade política e, ao mesmo tempo, são formas de aparelhos de hegemonia como aqueles localizados na sociedade civil. Esta resposta pode ser dada de maneira adequada pela elaboração de Poulantzas (1978) acerca do Estado capitalista. Partindo da premissa de que não é possível ver os planos econômico e superestrutural como instâncias separadas, Poulantzas define o Estado não como um elemento externo de coerção e ajuste do sistema produtivo, mas como o próprio sistema organizado em um espaço que visa garantir e ordenar sua reprodução a partir da unificação da classe dominante ao longo das diversas fases do capitalismo. No entanto, este entendimento não deve sugerir uma visão instrumentalista do Estado, que o reduziria a uma simples ferramenta da classe dominante. É na crítica a esta concepção que Poulantzas chega ao ponto-síntese de sua formulação: inscrever a luta de classes no centro motor da constituição e desenvolvimento do Estado.

Para o autor, a articulação orgânica entre economia e política na verdade é derivada da posição estruturante das relações de produção ao longo do curso histórico do sistema capitalista. Diferente das visões economicistas, que vêem no Estado apenas um instrumento de viabilização do desenvolvimento das forças produtivas, ele vê o Estado como espaço-processo onde a contradição capital-trabalho fundante destas relações no capitalismo se manifesta no embate entre as classes dominantes e dominadas.

Colocar o Estado capitalista em primeiro lugar quanto às relações de produção não significa constituir a partir disto o objeto teórico deste Estado. Objeto-tipo que no prosseguimento seria particularizado ou concretizado de uma maneira ou de outra segundo a luta de classes em uma ou outra formação social. Uma teoria do Estado capitalista só pode ser elaborada ao se relacionar este Estado com a história das lutas políticas no capitalismo (Poulantzas, 1981. p. 30).

Com base nesta reflexão, Poulantzas define o Estado como “a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (Ibidem, p. 147). O autor alerta que neste conceito o Estado não é apenas uma relação de forças, mas possui materialidade própria na forma de uma ‘ossatura institucional’ expressa em suas diversas instituições e aparelhos. A

partir destas, o Estado organiza a classe dominante como síntese das disputas entre suas frações e destas com as classes dominadas.

Um aparelho de Estado na Indústria Cultural

Feita uma discussão sobre o Estado capitalista, temos a necessidade agora de entender seu papel na Indústria Cultural. Para isso, como já explicitado, vamos utilizar os instrumentais da economia política da comunicação, mais especificamente a contribuição de Bolaño (2000). Segundo o autor, no capitalismo, a informação e a cultura seguem a contradição igualdade-desigualdade que caracteriza a produção e apropriação da riqueza na sociedade. Nesta esfera, do econômico, o sistema apresenta sob a aparência de igualdade a relação de troca de mercadorias quando esta esconde uma essência inerentemente desigual: a apropriação de mais-valia na compra da força de trabalho gera uma concentração de riqueza nas mãos dos detentores dos meios de produção em detrimento da obtenção por parte dos trabalhadores do fruto de seu trabalho. No caso da informação e da cultura, seu caráter de classe e sua função de suporte à acumulação do capital também precisam aparecer não como dominação, mas como expressão dos interesses gerais.

Há, portanto, uma contradição fundamental entre a essência de uma informação de classe e sua aparência como informação de massa, a mesma contradição que há entre o igual e o desigual, entre o contraditório e o não-contraditório que caracterizam a ideologia burguesa da LIBERDADE DA INFORMAÇÃO (Op. cit. p. 51).

Desta contradição, continua o autor, pode-se derivar o sistema de comunicação de massas. Desta demanda de garantir a coesão social em uma situação de desigualdade surge a primeira forma geral da informação capitalista: a propaganda. Todavia, o sistema de comunicação de massas não serve apenas para equalizar esta contradição, mas é utilizado pelos capitais para potencializar o processo de acumulação por meio da aceleração da circulação de informação necessária à produção, distribuição e consumo de mercadorias. Depreende-se daí a segunda forma geral da informação no capitalismo: a publicidade. É para dar conta da contradição entre estas duas formas que surge um novo aparato diferente da realidade fragmentada da imprensa no capitalismo concorrencial: a Indústria Cultural. De acordo com Bolaño, o exercício deste papel pela Indústria Cultural se dá em permanente tensão entre os interesses do capital e do Estado e os do público a quem os meios de comunicação se dirigem.

Se a Indústria Cultural é um elemento de mediação entre o capital, o Estado e as outras instituições das ordens econômica e política, de um lado, e as massas de eleitores e consumidores do outro, essa mediação não se faz em termos de grandes estruturas, segundo as linhas da dinâmica pesada que se pode derivar dos modelos de base e superestrutura, mas antes segundo as relações conflituosas que se estabelecem entre os diferentes atores que, nos diferentes setores relacionados, participam daquela dinâmica ágil que responde, a cada instante, e de forma sempre problemática, às necessidades da acumulação do capital e da reprodução ideológica de um sistema caracterizado pela anarquia e pela contradição (Op. Cit. p. 215-216).

Nos interessa para os limites deste trabalho entender a atuação do Estado nesta esfera. Mas é preciso aí fazer um segundo recorte: o foco de nossa análise não será seu papel enquanto regulador da produção e distribuição de cultura no interior desta indústria, mas sua ação como explorador direto dos serviços de radiodifusão, mais especificamente de televisão. Para isso, nos voltaremos agora para definir o papel geral do Estado na Indústria Cultural para depois chegar à sua função como mantenedor direto de emissoras de televisão. Na perspectiva de Bolaño, as relações entre Estado e capital não se confundem com as funções publicidade e propaganda, mas se justapõem formando uma relação preferencial embora não exclusiva. O Estado, portanto, atua como “capitalista coletivo ideal” garantindo os interesses gerais da propaganda contra os interesses individuais não só dos capitais que operam no nível da concorrência como também dos grupos que disputam política e ideologicamente no âmbito do aparelho do Estado.

Para isso, e pela dificuldade dos diversos agentes produzirem uma informação que supere seus interesses individuais imediatos, o Estado constitui um aparato próprio na Indústria Cultural: os meios de comunicação públicos. No entanto, para que existam nesta indústria, estes meios precisam funcionar como um de seus agentes em concorrência, devendo entrar na disputa por espaço nesta esfera e pela atenção da população. Assim, poderia-se apontar uma dupla personalidade dos meios de comunicação públicos: são aparelhos ideológicos mas que, para cumprir esta função, precisam estar bem posicionados na organização da produção, distribuição e consumo de informação e cultura. Voltando a dialogar com o modelo de Bolaño, pode-se afirmar que a comunicação pública realizada por pelo Estado é *essencialmente propagandística*. Isso por que esta é sua função geral, o que não a impede de cumprir também uma função publicidade, mesmo que esta seja um consentimento necessário aos capitais ávidos pela divulgação de seus produtos para assegurar condições favoráveis de participação da concorrência.

Aqui é importante uma breve reflexão. Se parte-se do princípio no modelo geral aqui apresentado que a promoção dos interesses gerais da propaganda do sistema é realizada pelo Estado, isso não impede que em determinadas situações este papel não possa ser desempenhado por um capital individual. Como a Indústria Cultural traz em si uma dupla dimensão, ideológica e econômica, um capital individual não atua apenas para acúmulo próprio ou suporte ao acúmulo de outros capitais, no caso aqueles que aparecem na dinâmica como anunciantes. Ele também é um propagandista e disputa no nível desta função geral a hegemonia no conjunto da sociedade. Deste modo, é possível pensar que em determinado contexto um capital individual ascenda à condição de propagandista geral do sistema tanto em concordância quanto em conflito com os meios de propaganda públicos. No primeiro caso, poderíamos citar o papel protagonista exercido pela Rede Globo frente à condição marginal das emissoras educativas estaduais. No segundo, um exemplo interessante foi a disputa entre os veículos controlados por Silvio Berlusconi e o grupo público italiano RAI durante a gestão de Romano Prodi.

Após esta pequena digressão, localizamos na reflexão apresentada sobre os meios de comunicação públicos o ponto de contato entre as formulações acerca da Indústria Cultural e as teorias sobre o Estado capitalista. Isso porque é com estas que podemos qualificar a compreensão dos meios de comunicação públicos como aparelhos de Estado. E é com elas que demarcamos nosso olhar sobre o que caracteriza este conceito. O público, aqui, não é entendido como uma esfera de visibilidade para o conjunto das pessoas, como preceitos normativos ou como o espaço da reunião da sociedade, mas como a qualidade de um aparelho inscrito na “ossatura institucional do Estado”, para usar um dos termos de Poulantzas. Neste sentido, a televisão pública é entendida para efeitos deste trabalho como um aparelho do Estado que possui uma materialidade institucional na sua concretização enquanto sistema de emissoras que ofertam um serviço de televisão à população. Ela designa a produção e gestão de programações distribuídas sob diversas plataformas tecnológicas diretamente pelo Estado, sendo a expressão deste em um complexo processo que vai muito além dos programas veiculados, mas envolve o arcabouço jurídico-institucional organizador deste aparelho, a operação de sua gestão e o produto veiculado, bem como sua repercussão junto à população.

Feita a definição dos meios de comunicação públicos², faz-se necessário avançar na elaboração acerca de suas funções. Na resolução da contradição publicidade-propaganda já

² A partir de agora, deixaremos de falar de mídia em seu sentido amplo e passaremos a utilizar o termo televisão por ser este o conceito referente ao objeto desta pesquisa.

abordada anteriormente, vimos que este aparelho tem como função primordial a garantia da reprodução ideológica do sistema, ou, disputar o “monopólio da opinião pública”, nos dizeres de Gramsci, com vistas à disseminação da ideologia dominante no intuito de construir “consensos” que legitimem a essência desigual do sistema. Esta ideologia, como vimos, possui papel determinante ao dar significado às manifestações das relações de produção e operar no nível da consciência tanto na unificação da classe do bloco no poder quanto na construção dos “consensos” entre esta e as classes dominadas.

No entanto, tanto Gramsci quanto Poulantzas mostram como a produção desta ideologia não se dá na forma de uma correia de transmissão das visões da classe dominante, mas é atravessada e constituída pela luta de classes. Isto acontece não só no conjunto dos meios de comunicação mas, especialmente, neste aparelho ideológico. Segundo Poulantzas, a estruturação do Estado a partir da luta de classes gera contradições no interior de cada aparelho. “Este aparelho, o mais marcado pela rigidez imposta ao Estado pelo atual processo de produção e reprodução do capital, manifesta paralelamente os limites e as restrições do leque de opções políticas e das táticas possíveis na organização da hegemonia de classe” (Poulantzas, 1981, p. 196).

Esta disputa se inscreve em torno do controle da ação do aparelho. Historicamente setores da sociedade estiveram em conflito com os titulares de governos e parlamentos sobre o arranjo da estrutura de gestão das televisões públicas, que ao final definem quem controla o sistema. No caso europeu, incluindo aí também Austrália, Canadá e Japão, foi consolidado um modelo de uma estrutura mais ou menos partilhada com base em conselhos e instâncias não só diretivas como de acompanhamento e fiscalização da programação. Em alguns países as estruturas possuem porosidade à presença de representações das classes dominadas. Em outros países a composição é direta ou indiretamente feita pelo governo e parlamento.

O caráter dinâmico é confirmado por diversas experiências históricas. Em vários momentos as organizações vinculadas à classe dominada, mesmo apartadas das estruturas diretivas, conseguiram influir sobre a organização do aparelho. Em outros, por mais que o arranjo fosse a expressão de conquistas no distanciamento das pressões dos “governos de plantão” há casos recorrentes que mostram o cumprimento, em segunda ou última instância, da função de produção e difusão da ideologia dominante. A polêmica em torno da cobertura da BBC sobre a Guerra do Iraque, e de diversos programas alinhados à posição favorável do presidente da Inglaterra, Tony Blair, é um exemplo.

A esta dinâmica conflituosa resultante da luta de classe no interior dos aparelhos de Estado soma-se a tensão na mediação entre os interesses deste e do capital e os da população na Indústria Cultural. Bolaño (2000) já os localizou ao ver nesta esfera um caráter de mediação entre estes dois pólos. Assim, tanto a função propaganda quanto a função publicidade não podem prescindir de um contato com as demandas dos espectadores. No caso da função propaganda, que nos interessa mais diretamente, isso é ainda mais visível uma vez que a legitimação ideológica do sistema ocorre por meio da construção de “consensos”, e não de simples imposição da visão das classes dominantes. Utilizando o modelo de Habermas de oposição entre sistema e mundo da vida utilizado na Teoria da Ação Comunicativa, o autor afirma:

A Indústria Cultural, a instância de intermediação entre o capital (e seria preciso acrescentar o Estado) e as massas, só foi definida quanto às determinações que são impostas pelo “sistema”. Mas até mesmo para que essas determinações sejam efetivas, ela deve também dar uma resposta a certas necessidades internas da “lebenswelt”, a saber, as necessidades de sua reprodução simbólica. Dito de outra forma, a Indústria Cultural só será capaz de “colonizar” o mundo da vida para o capital e o Estado, substituindo-se a mecanismos internos de reprodução simbólica daquele (Op. Cit. p. 227).

Desta forma, tensão entre os interesses presentes nos dois pólos da luta de classes se manifestam tanto no aparelho do Estado, e no aparelho específico da televisão pública (incluindo sua formatação e execução), quanto na relação entre este e o conjunto de espectadores a que se dirige. Ou seja, a partir desta articulação teórica reafirmamos o caráter dinâmico deste meio de comunicação sem desconsiderar os limites estruturais que o constituem. Portanto, definimos a televisão pública como *um aparelho estatal que existe para garantir seus interesses gerais na Indústria Cultural, cumprindo primordialmente a função propaganda na construção de “consensos” a partir da tensão dialética entre a os as posições hegemônicas no âmbito do aparelho e as demandas do público a quem se dirige.*

Partindo desta conceituação, a questão do controle se conforma como núcleo essencial da definição da qualidade da luta de classes inscrita no aparelho. É a maior ou menor incidência das classes dominadas que posicionam o veículo público nos modelos ditos “governamental” ou “público”, tomados estes últimos como aqueles detentores de grau relativo de autonomia. Nos diferenciamos, então, de um conjunto de autores com trabalhos referenciais sobre o tema, como Garnham (1990), Dahlgreen (1995) e Raboy (1996), que bebem do referencial habermasiano de esfera pública para caracterizar conceitualmente a TV pública. Avaliamos que as fragilidades do conceito de “esfera pública” prejudicam o uso deste termo para caracterizar o objeto em questão. Não tomamos como falso falar em uma esfera da

visibilidade pública, nos termos de Gomes (1998), identificada no início do texto como o primeiro grande entendimento acerca do significado do termo “público”, mas centramos nossa problematização na dimensão conflitiva dos processos de discussão e embate ideológicos, denominada por Gomes de “esfera do debate público”.

A luta de classes e a racionalidade crítica da esfera pública

A importância da obra de Habermas é proporcional aos debates sobre ela. Não pudemos produzir um mapeamento completo sobre eles pela sua extensão, mas nos propomos a fazer uma interpretação da obra e dos conceitos fundamentais utilizando alguns referenciais de debate sobre o conceito em sua relação com a mídia. O conceito de esfera pública foi apresentado por Habermas em sua clássica obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, publicada originalmente em 1961³. Em síntese, esfera pública seria a reunião de privados em um público que, a partir do uso da razão, discutem temas de interesses comuns formando uma opinião sobre estes. As condições para a esfera pública seriam a publicidade, a divulgação pública das informações necessárias ao debate dos temas nesta instância, e o debate racional, como meio de garantir que a opinião pública resultante da discussão fosse a expressão não do conflito de interesses particulares, mas da síntese da constituição de uma posição que reflita o interesse geral. Segundo Habermas, em seu embate com o Estado, os sujeitos privados reunidos em um público buscam hegemonizar as definições do Estado absolutista em crise a partir do princípio de que a “soberania deveria convergir com a razão”.

Para que se construa esta opinião, uma condição é a publicidade, entendida aí como a visibilidade necessária das informações relevantes ao debate racional público. Outras são a problematização de temas e assuntos que até então não tinham sido considerados questionáveis e o não-fechamento do público. No entanto, o autor problematiza esta liberdade de acesso ao identificar a existência de dois critérios fundamentais de admissão nesta instância: a propriedade e a formação cultural. Ao entendermos a esfera pública como conceito histórico, para sua adequada compreensão seria necessário fazer um percurso pela sua gênese e pelo fenômeno detectado por Habermas como sua “mudança estrutural”. No entanto, pelos limites deste trabalho, nos centraremos no diálogo crítico e no que consideramos sua superação.

³ Trabalhamos com a edição de 2003 da editora Tempo Brasileiro.

Nosso diálogo crítico parte da demarcação necessária sobre o caráter classista da esfera pública. Os interesses que atendia, suas pautas e sua funcionalidade estão diretamente vinculados à burguesia. Esta visão está presente na obra em questão, cujo melhor exemplo é o seu subtítulo: “investigações acerca de uma categoria burguesa”. Ao discutir a opinião pública, Habermas reforça esta compreensão afirmando de maneira taxativa: “O interesse de classe é a base da opinião pública” (Habermas, 2003, p. 108). Ao analisar a composição deste espaço, composto majoritariamente por funcionários e integrantes da burguesia, Habermas avalia que a esfera pública passou a ter o “status normativo de órgão de auto-mediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades” (Op. cit. p. 93). Em trecho, o autor caracteriza de maneira clara a dimensão excludente que o caráter classista da esfera pública gerou:

Evidentemente, faltam... os pressupostos sociais para a igualdade de oportunidades... Tampouco... convence a equiparação de proprietários a seres humanos, pois, através de sua antítese à classe dos assalariados, o seu interesse na manutenção da esfera do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social como uma esfera privada degrada-se a um interesse particular que só pode se impor através do exercício do poder sobre os outros... A concepção segundo a qual as pessoas privadas concordem, não pode, portanto, ser confundida com o justo e o correto: quebra-se também a terceira identificação, a central identificação de opinião pública com razão... Assim, então, também a dissolução das relações feudais de dominação no seio do público pensante não é a pretensa dissolução da dominação política de modo geral, mas a sua perpetuação de outra forma (Habermas, 2003, p. 149).

Se é verdade que este reconhecimento sobre a natureza classista está na obra citada, também é fato, em nossa avaliação, que ao longo do trabalho aparecem referências à importância de se tomar os princípios desta experiência histórica como princípio organizacional de um espaço democrático. A compreensão da esfera pública como modelo normativo democrático influenciou fortemente seus comentadores, em especial aqueles acadêmicos envolvidos com a discussão sobre a comunicação pública citados anteriormente. É por esta razão que, embora o autor reconheça o caráter classista desta instância, consideramos fundamental partir desta condição para derivar outras análises sobre os limites do uso deste conceito.

Um exemplo do que identificamos como “concepção hegemônica” acerca da validade da esfera pública é a defesa saudosista do autor dos dois princípios que teriam sido destruídos com a mudança estrutural deste espaço: a publicidade e o debate racional. Sobre este último, é importante apresentar algumas reflexões, pois é a partir dele que teóricos da comunicação

pública delimitam esta modalidade em oposição aos meios de comunicação comercial. É sim crível que em um espaço de articulação intra-classe houvesse condições da construção de consensos uma vez que não havia a presença de grupos antagônicos. No entanto, afirmar que a racionalidade ali era utilizada como princípio da discussão coletivo superando os interesses particulares rumo ao universal é negar exatamente o caráter de classe, e, portanto particular, da esfera pública descrita por Habermas.

Se não havia defesa dos interesses gerais da sociedade, tampouco pode-se dizer que havia a busca do “bem comum” naquele espaço (ou interesses particulares da classe burguesa), uma vez que a disputa entre os capitais individuais é intensa no capitalismo, a tal ponto que demandou a criação de um organismo com o poder de garantir o interesse geral da classe: o Estado. Isso se mostra tanto na concorrência no reino da economia quanto nas disputas de frações de classe dentro da burguesia por hegemonia política. Na época analisada, com o crescimento do sistema proliferam-se conflitos entre capitais de regiões diferentes e de setores diferentes, entre as quais o embate entre o capital financeiro e o industrial em poucas décadas se tornaria mais evidente.

Se assumimos que o debate racional e visando o “bem comum” não ocorre entre os capitais individuais, tampouco podemos afirmar que este processo seria possível da classe burguesa para com seu grupo antagônico: a classe trabalhadora. Uma vez que os pressupostos para a plena inserção na esfera pública são a propriedade e a formação cultural, deduzimos que algo próximo de um debate racional no conjunto da sociedade visando superar os interesses particulares só seria possível no momento em que estas condições fossem garantidas a todos. Como diz o autor em uma passagem que, repetimos, é minoritária em relação ao conjunto da obra e de sua repercussão: “Uma dimensão pública é, então, assegurada quando as condições econômicas e sociais oferecem as mesmas chances a todos para preencherem os critérios de acesso” (Op. cit. p. 106)

O princípio do “debate racional” merece aqui maior atenção pois é ele que associamos à função geral dos meios de comunicação públicos. Nos centraremos, portanto, no que Gomes (1998) chamou de “esfera do debate público” em detrimento da “esfera de visibilidade pública”. Segundo o autor, o conceito de Habermas traria de maneira não especificada estas duas dimensões que, para o entendimento dos meios de comunicação, precisam ser analisadas de maneira separada. Embora a primeira seja inerente aos meios de comunicação, nos interessa para análise da televisão pública a segunda, um locus onde, além de haver visibilidade sobre os acontecimentos, efetivamente possa se produzir o debate público.

Gomes relativiza esta segunda esfera, afirmando ser ela “uma prática social que obedece a determinados procedimentos” podendo ser “burguesa ou plebéia” e “geral ou específica”. Para o debate em questão, não interessa os espaços de classes ou grupos, uma vez que a televisão pública se diferencia exatamente por não ser privada. Portanto, o desafio que se coloca é de entender a televisão pública como espaço geral, e não apenas de uma classe, no capitalismo e como esta pode cumprir sua função de produtora de debate público assumindo a presença de grupos e classes antagônicas no conjunto da sociedade.

A materialidade e o compromisso cidadão do culturalismo latino-americano

Após as obras voltadas à denúncia da dominação que reproduzia no plano da cultura as estratégias imperialistas dos EUA e das grandes potências mundiais, nenhum outro grupo de autores conseguiu constituir reconhecimento tão expressivo na América Latina como os culturalistas, em especial Martin-Barbero e García Canclini. Suas elaborações são relevantes para o debate feito neste artigo pela relevância no quadro dos estudos de comunicação no continente e pela validade de discutir formulações voltadas a uma realidade que aproxima-se bastante da brasileira.

A contribuição dos culturalistas latino-americanos estrutura-se em cima de duas análises centrais. A primeira diz respeito às transformações recentes da sociedade, sobretudo a ascensão da mídia a partir do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e as fortes mudanças no “caráter público” da sociedade e, por consequência, dos próprios meios de comunicação. No primeiro caso, a rápida evolução dos meios técnicos de produção e troca de mensagens estaria, no contexto da globalização neoliberal, conformando a mídia como principal espaço de produção de sentidos e identidades e de mediação social.

No segundo caso, a expansão das forças de mercado e a reconfiguração da sociedade derivadas das alterações políticas e sociais decorrentes deste fenômeno estariam levando ao declínio do Estado-Nação e da sociedade de massas que caracterizou a segunda metade do século XX, erigindo novos espaços mais fluidos e segmentados de sociabilidade. Em vez da massa, ou dos trabalhadores, constituem-se identidades variadas de gênero, raça, idade, orientação sexual e localização geográfica. Para Beltrán,

A noção de caráter público também está mudando. Sua assimilação ao caráter estatal está sendo questionada, para que seja aberta à geração de espaços onde circulem e sejam debatidas questões de interesse comum, e

onde sejam expressas as diferenças e os interesses dos diversos setores (2002, p. 89).

A segunda análise central diz respeito à formatação dos meios de comunicação públicos neste cenário em erosão. Olhando para a realidade latino-americana e suas recorrentes experiências ditatoriais, os autores vinculam o perfil desta modalidade aos governos de plantão, trabalhando com um questionamento à lógica instrumental ao qual estiveram submetidas durante boa parte do século XX. Estes veículos desempenharam dois papéis aos regimes de exceção, que por vezes se alternavam e se combinavam. O primeiro foi o de solidificar uma cultura nacional associada aos programas dos regimes autoritários.

O segundo foi o de servir de suporte a um projeto específico de massificação da educação como condição à resposta à demanda por mão-de-obra qualificada em nações que então vivenciavam altas taxas de crescimento econômico. “Os projetos de televisão educativa, associados às televisões públicas, participavam da idéia de que as mídias massificariam a educação, apoiariam outros processos educacionais e permitiram atingir, com relativa facilidade, as populações que estavam excluídas dos circuitos oficiais da educação” (Beltrán, 2002, p. 91-92).

Na visão dos autores, a TV pública seria um compromisso com a superação do passado autoritário desta modalidade de mídia, acolhendo as mudanças recentes da sociedade e valorizando a diversidade emergente das novas formações identitárias.

Aposta-se em uma reconstrução do projeto público de televisão que, - ciente das novas condições de produção e de oferta, das inovações tecnológicas e de reconfigurações do público – ofereça o reconhecimento e expressão da diversidade cultural que compõe o nacional, represente a pluralidade ideológico-política, propicie uma informação independente, plural e inclusiva das diferentes situações regionais (Martín-Barbero, 2002, p. 56).

Para atingir tal objetivo, a TV pública deveria caracterizar-se por dois aspectos centrais: sua natureza autônoma e seu compromisso cidadão com a diversidade cultural. O primeiro vai ao encontro da necessidade de superar a estreita vinculação governamental do passado, retirando “a televisão do domínio e da orientação hegemônica do Estado, levando-a para uma autonomia social e política” (Beltrán, Op. Cit. p. 100). A desestatização caminha lado à lado com a modernização e com uma postura mais pró-ativa e ágil frente ao dinamismo social crescente.

Já seu compromisso programático a diferiria dos modelos privados e estatais por interpelar os cidadãos, convidando-os à participação e ao reconhecimento social de suas diversas facetas multiculturais. Barbero (Op. Cit.) coloca na ponta deste projeto o adjetivo

“cultural”, equivalendo uma “televisão pública de cultura” a uma televisão pública de qualidade, que se caracterizaria por (1) manter uma produção cultural própria, perpassando todas as faixas da programação; (2) construir uma relação particular e especial com a acelerada e fragmentada vida urbana; (3) desempenhar um papel alfabetizador da sociedade em relação às novas linguagens e aos meios técnicos das sociedade convergente; e (4) ter uma concepção multidimensional da competitividade envolvendo “profissionalismo, inovação, e relevância social de sua produção”.

Não há dúvida sobre a validade de diversos aspectos defendidos no projeto culturalista, em especial a representação efetiva da diversidade cultural e pluralidade política da sociedade nas emissoras públicas. No entanto, consideramos este aporte insuficiente para o esforço aqui esboçado de construção de uma delimitação conceitual que contribua para um debate teórico sólido sobre o objeto TV pública. Em primeiro lugar, como já afirmado, nos colocamos entre aqueles que não vêem a necessidade de “desestatizar” a televisão pública, por ver sua materialidade na forma de um aparelho deste espaço.

Uma experiência nos moldes culturalistas, ou até mesmo respondendo ao modelo constitucional brasileiro que separa o público do estatal, não sobreviveria sem financiamento público, entendido aí como fluxo de recursos dos cidadãos para alguma fonte de receitas resguardada na estrutura institucional do Estado, mesmo que esta não fosse flexível à dinâmica orçamentária dos Executivos. O mesmo vale para sua gestão, uma vez que a participação pretendida necessita de uma base legal ou normativa, cujos regramentos se inscrevem no seio do Estado. Desta maneira, falar em televisão pública, em nossa visão, significa falar em um veículo estatal. O que não significa, como também já explicitado, o apoio à noção de uma emissora ou sistema vinculado diretamente a um dos três poderes e alguma das três esferas da Federação. Portanto, tanto estas mídias (como as TVs Câmara, Senado e Justiça ou o próprio NBR, o canal do governo federal) como aquelas que são defendidas como espaços participativos e democráticos são emissoras públicas.

A diferença entre os primeiros e os segundos está no arranjo de poder definido estrutural e conjunturalmente, ou seja, como se se organiza e como se exerce o controle deste aparelho especializado de Estado. E aí a noção de participação diferencia-se claramente da advogada pelos culturalistas. Para além de um conceito de cidadania associado à ilusão do Estado de Direito Burguês, adotamos aqui o critério prescriptivo da busca pela democratização do aparelho da televisão pública como o processo pelo qual as classes dominadas reivindicam

maior espaço de incidência no processo de produção e distribuição dos conteúdos simbólicos do aparelho de Estado televisão pública.

Surge aí outra diferença da perspectiva aqui adotada em relação à abordagem sob análise. A sociedade é vista como um todo complexo que constitui-se em diversos segmentos e processos identitários, mas não como algo que tenha sido desestruturado ao ponto de ter alterado a contradição essencial capital-trabalho, originária da dinâmica conflitiva da luta de classes. Assim, a diversidade cultural e o pluralismo necessários a um projeto de TV pública não são, para efeitos deste ponto de vista particular, neutros nem compõem um ideário onde a forma de contemplação das diferenças suplanta o conteúdo do programa de transformação da contradição estruturante da sociedade capitalista. Em outras palavras, a consideração das diferenças e das novas identidades é fundamental, mas de maneira alguma esgota o projeto de alteração da correlação de forças que marca a sociedade e, de maneira específica, o aparelho TV pública.

Neste sentido, e voltando ao ponto de partida, diferenciamos-nos dos culturalistas por considerarmos necessário definir a TV pública por aquilo que ela é, na essencialidade aqui defendida, e não por aquilo que ela não deve ser (vinculada ao Estado) ou por seu programa (cultural, diverso e plural). Reiteramos que é preciso buscar a materialidade deste tipo de veículo, observando-o como instituição e, enquanto tal, como aparelho de Estado com características próprias por cumprir uma função propagandística e, ao mesmo tempo, operar como agente na Indústria Cultural.

Referências Bibliográficas:

BELTRÁN, G. R. - *O cenário móvel da televisão pública: alguns elementos do contexto*. In. Rincón, Omar. *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. Friedrich Ebert Stiftung. São Paulo, 2002.

BOLAÑO, César R. S. *Indústria Cultural, Capitalismo e Informação*. São Paulo, Hucitec, 2000.

DAHLGREEN, Peter. *Television and the public sphere: Citizenship, democracy, and the media*. London: Sage, 1995

GARNHAM, N. *Capitalism and Communication: Global Culture and the Economics of Information*. London: Sage Publications, 1990.

GOMES, Wilson. *Esfera pública política e mídia - II. Anais do VII Encontro anual da COMPÓS*, São Paulo, maio de 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

HABERMAS, Jürgen - *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2003.

MARTÍN-BARBERO, J – *Televisão pública, Televisão Cultural: entre a renovação e a invenção*. In. Rincón, Omar. *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. Friedrich Ebert Stiftung. São Paulo, 2002.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

POULANTZAS, Nico, *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

RABOY, Marc. *Public Broadcasting for the Twenty-first Century*. Luton (UK): John Libbey Media / University of Luton Press, 1996.

SADER, Emir. *TV pública e TV mercantil*. Publicado no Blog do Emir (disponível em www.agenciartamajor.com.br) em 18 de fevereiro de 2008.